

Jovem Nem Nem: Questionamentos a partir de Pesquisas sobre Juventude e Experiências de Jovens Pobres

Paulo Roberto da Silva Júnior*

Faculdade Arnaldo, Belo Horizonte, MG, Brasil
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9381-5764>

Claudia Mayorga**

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1728-0726>

RESUMO

Os/as chamados/as jovens nem nem são os/as que nem estudam, nem trabalham, nem procuram emprego. Analisamos sua construção como problema social a partir de um tripé: o desconhecimento e desinteresse pelas experiências dos/as jovens pobres, a espetacularização do fenômeno e a constituição de um conjunto de práticas para solucioná-lo. As análises apresentadas partem de uma pesquisa que realizou, com o auxílio do programa ALCESTE, uma análise lexical de universos semânticos sobre os/as chamados/as jovens nem nem em 19 documentos da Organização Internacional do Trabalho/OIT, e uma pesquisa-intervenção com 14 jovens. Analisamos como as microrrelações, as macropolíticas, os aspectos institucionais e culturais contribuem para a ausência dos/as jovens na escola e no trabalho, o que se contrapõe às noções de que os investimentos necessários para a resolução do problema construído devem se dirigir, exclusivamente, à dimensão individual. Problematicamos as noções que convidam a pensar os/as jovens ditos/as nem nem como sujeitos vulneráveis e como grupo de risco, e destacamos sua construção como simulacro dos/as jovens que têm seus direitos negados cotidianamente.

Palavras-chave: juventude pobre, jovens nem nem, educação, trabalho, pesquisa-intervenção.

NEET Youth: Questions from Research on Youth and the Experiences of Poor Youngsters

ABSTRACT

The so-called NEET youngster consists in those who neither study, nor work, nor search for employment. We analyze its construction as a social problem from a tripod: the unknowing and disinterest of poor youngster's experiences, the glamorization of the phenomena and the constitution of a group of practices to solve it. The analyzes presented are based on research that carried out a lexical analysis of semantic universes, using as support the ALCESTE program, about the so-called NEET youngster in nineteen (19) documents of the International Work Organization/OIT, and an intervention-research with fourteen (14) young. We had

analyzed how micro-relations, the macro-politics, the institutional and cultural aspects contribute to the absence of the youngsters from school and work, which are opposed to the notions that needed investments to solve the built-up problem must come exclusively from individual dimension. We had problematized the notions that consider the thought of NEET youngsters as vulnerable individuals and as a risk group, and we highlight its construction as a simulation of youngster which has his/her rights denied daily.

Keywords: poor youth, NEET youngsters, education, work, intervention-research.

Joven NiNi: Cuestionamientos a partir de Investigaciones sobre Juventud y Experiencias de Jóvenes Pobres

RESUMEN

Los/las llamados/as jóvenes nini son los/las que ni estudian, ni trabajan, ni buscan empleo. Analizamos su construcción como problema social a partir del trípole: el desconocimiento y desinterés por las experiencias de los/las jóvenes pobres, una espectacularización del fenómeno y la constitución de un conjunto de prácticas para solucionarlo. Los análisis presentados parten de una investigación que realizó un análisis lexical de universos semánticos, usando como apoyo el programa ALCESTE, sobre los/las llamados/as jóvenes nini en diecinueve (19) documentos de la Organización Internacional del Trabajo/OIT, y una investigación-intervención con catorce (14) jóvenes. Analizamos cómo las microrrelaciones, las macropolíticas y los aspectos institucionales y culturales contribuyen al absentismo escolar y laboral de los jóvenes, lo que se opone a la idea de que las inversiones necesarias para resolver el problema construido deben dirigirse exclusivamente a la dimensión individual. Problematizamos las nociones que invitan a pensar los/las jóvenes dichos/as nini como sujetos vulnerables y como grupo de riesgo, y destacamos su construcción como un simulacro de los/las jóvenes que tienen sus derechos negados cotidianamente.

Palabras clave: juventud pobre, jóvenes nini, educación, trabajo, investigación-intervención.

Apresentamos neste texto análises de uma pesquisa que buscou problematizar as noções sobre o/a chamado/a jovem nem nem a partir de pesquisas de juventude e das experiências de jovens pobres no Brasil e que se desenhou a partir da forma espetacularizada, reducionista e preconceituosa com que as experiências de jovens pobres longe da escola e do trabalho são retratadas na mídia. Alguns anos se passaram entre o início da pesquisa, sua finalização e a escrita deste texto, e os/as chamados/as jovens nem nem não deixaram de ser notícia. Ano a ano, eles/as estampam páginas dos jornais, viraram personagem de uma novela da Rede Globo e permaneceram ocupando o lugar de problema social na nossa sociedade.

O debate sobre a transição para a vida adulta (Spósito, 2005; Groppo, 2017) se inscreve dentro de paradigma tradicional que compreende infância, adolescência, juventude,

maturidade e velhice como etapas que possuem suas determinações biopsicossociais e que devem cumprir a objetivos específicos para a manutenção da ordem social. A juventude, nessa perspectiva tradicional, se configura como um período no qual se vivenciam experiências de saída do mundo familiar e escolar primário para a sua inserção na escolarização secundária e no mundo do trabalho, estando as preocupações mais relacionadas ao vir a ser do/a jovem do que às suas experiências como sujeito social. Tal transição seria marcada, dessa forma, pelas experiências de terminar os estudos, inserir-se no mercado de trabalho, constituir uma família e sustentar a própria autonomia. Contudo, destacamos que estes processos, antes de sinalizarem o que é ser adulto em nossa sociedade, representam, eles mesmos, aspectos que denotam os modos de ser jovem (Caramano et al., 2003; Abramo, 2005). Mister desvincular a referência adultocêntrica que o termo transição para a vida adulta comporta, o qual indica o adulto como o ápice da racionalidade, responsabilidade, autonomia e cidadania no desenvolvimento do indivíduo.

Alguns grupos juvenis colocam em xeque esse modelo de transição para a vida adulta (Itaboraí, 2015) e despertam a atenção da sociedade, sobretudo, quando esses/as jovens deixam de ser vistos/as como sujeitos de direitos para se transformarem em um problema social. Dentre outros grupos possíveis, temos, assim, a geração canguru e a geração nem nem, como antagonismos das experiências juvenis construídas, diferencialmente, a partir da interseccionalidade de raça, gênero, classe, geração, território. As experiências juvenis contemporâneas não podem ser analisadas, portanto, sem se compreender o entrelaçamento entre essas categorias e seus efeitos de saber/poder que sustentam as interações e as práticas sociais (Colaço et al., 2018).

Jovens que estão fora da escola e do mercado de trabalho e que não participam de programas de treinamento para o trabalho se constituíram como um objeto de preocupação em países como Inglaterra e Japão em meados da década de 1990, durante a crise de reestruturação produtiva capitalista. A sigla em inglês “NEET” (*not in education, employment, or training*) foi o conceito compartilhado nesses países para nomear esta condição dos/as jovens. No caso do Brasil, a expressão nem nem é derivada do conceito nini – do espanhol *ni estudan ni trabajan* – socializado no contexto da América Latina.

Monteiro (2013) apresenta que no Brasil a população jovem era de 19 milhões de indivíduos, sendo os/as chamados/as jovens nem nem 3,2 milhões, ou seja, 17% desse grupo no ano de 2011. Destes/as jovens considerados/as inativos/as, contavam-se 830 mil homens (25% da população nem nem) e 2,4 milhões mulheres (75% da população nem nem). Dados mais recentes (Vieira et al., 2020) mostram que a população nem nem passou de 5,5 milhões

de jovens em 2014 para 6,8 milhões em 2017. De modo geral, a condição considerada nem nem é mais preponderante entre jovens com baixa escolaridade e de baixa renda, especialmente entre mulheres com filho/a; ter um/a filho/a de menos de 1 ano é o principal fator que explica porque as mulheres, especialmente as mais pobres, estão na condição nem nem; a inatividade tem crescido entre os homens e, especialmente, entre os menos escolarizados; os homens com menos anos de estudo estão encontrando cada vez mais dificuldades de se inserir no mercado de trabalho.

Em alguns estudos (Monteiro, 2013; Pardo, 2012), as análises apontam para preocupações que se reduzem ora a um viés economicista, aludindo que estes/as jovens podem ajudar a elevar as taxas de desemprego no Brasil e se tornarem dependentes do governo, ora destacando o aumento da probabilidade desses/as jovens fazerem uso abusivo de álcool e outras drogas, de envolverem-se na criminalidade e das jovens engravidarem. Na mídia brasileira, várias reportagens destacam a gravidez na adolescência como um fenômeno recorrente entre as jovens nem nem, bem como o seu envolvimento com jovens que, também, vivenciam a mesma situação de não estudar e não trabalhar, sendo alguns deles envolvidos com o tráfico de drogas. Reforçam-se, nesse sentido, os estereótipos que associam juventude, pobreza, ociosidade, criminalidade e violência no caso dos jovens (Coimbra, 2001; Galinkin et al., 2012).

Um ator importante na produção e publicização de pesquisas sobre as relações entre juventude, trabalho e educação, com destaque para a situação dos/as chamados/as jovens nem nem, é a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essas publicações têm orientado tanto o debate acadêmico brasileiro sobre este tema quanto as notícias veiculadas na mídia e algumas propostas de intervenção. No campo da juventude, duas publicações da OIT têm sido frequentemente referenciadas tanto pelas matérias jornalísticas quanto pelos trabalhos acadêmicos ao tratarem do tema dos/as designados/as jovens nem nem: o documento Tendências Mundiais do Emprego Juvenil e o documento Trabalho Decente e Juventude.

Não obstante a vasta produção de informações sobre a juventude nomeada nem nem, destacamos algumas incertezas e dificuldades que deveriam ser levadas em consideração na produção desses dados. A primeira dificuldade consiste na definição da faixa etária dos ditos/as jovens nem nem, o que faz variar sobremaneira o valor absoluto de jovens considerados/as nesta situação. Os recortes utilizados variam entre as pesquisas e os objetivos traçados por elas, no entanto, parece haver um consenso em torno do recorte da faixa etária entre 18 e 29 anos, pois se pressupõe que até os 18 anos grande parte dos/as jovens ainda se encontra no período final de sua formação escolar básica. A segunda dificuldade consiste na

definição do que é a chamada experiência nem nem, ou seja, o que definimos como inatividade ou ociosidade. O terceiro dilema consiste no elemento temporal: quanto tempo o/a jovem deve estar nesta situação para que seja classificado de tal forma? As pesquisas realizadas utilizam critérios de medição que avaliam o comportamento dos sujeitos durante uma semana em específico, o qual pode ser mudado na semana seguinte, e alguns estudos mostram que esta condição é temporária (Menezes Filho et al., 2013). Por fim, o quarto dilema diz respeito à tendência de considerar o grupo de jovens definidos/as nem nem como homogêneo, uma vez que, em sua grande maioria, estes/as jovens pertencem às classes pobres da sociedade brasileira, o que pode conduzir a análises e proposição de alternativas que reduzem as diferenças e ampliam os estereótipos e preconceitos.

Se por um lado temos um conjunto de pesquisas e matérias jornalísticas que alardeiam o problema da geração nem nem, por outro temos uma escassez de trabalhos que convidam os/as jovens a falarem sobre suas experiências de trabalho e estudo, e de como elas se aproximam ou não do que se apresenta como uma verdade sobre suas vidas. Tomando como referência uma revisão bibliográfica entre os anos 2006 e 2017, com exceção do estudo realizado por Paulino (2016), que inseriu duas questões abertas em um questionário de coleta de dados para os/as jovens falarem sobre suas experiências de ociosidade, os demais estudos que abordam esse grupo em questão pautam-se em análises quantitativas.

Este é, portanto, o contexto no qual se desenvolvem nossas reflexões: um conjunto de pesquisas e informes que apontam o crescente número de jovens chamados nem nem no Brasil e em outros países do mundo; uma repercussão espetacularizada desses dados pela mídia; a constituição de um campo de intervenção social (Tommasi, 2010), no qual diversos atores buscam intervir nas carências e na violência em potencial desses/as jovens; e um desconhecimento e desinteresse pelas experiências de vida e práticas sociais de jovens moradores/as de periferia, os quais muitas vezes são nomeados/as nem nem, mas que constroem repertórios de vida que podem tanto desconstruir esta noção inventada quanto afirmá-la, com nuances diferentes daquelas veiculadas pelos discursos moralizantes.

Método

Realizamos na pesquisa uma análise lexical de universos semânticos sobre os/as chamados/as jovens nem nem em 19 (dezenove) documentos da Organização Internacional do Trabalho/OIT, usando como apoio o programa ALCESTE - Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Textos. Em seguida, propusemos compreender as experiências de quatorze

jovens moradores/as de duas favelas de Belo Horizonte no que elas referenciavam e problematizavam as inserções e ausências no trabalho e na escola, através de uma pesquisa-intervenção, usando como técnicas a entrevista e a roda de conversa. Assim, apostamos na escolha desses procedimentos como forma de compreender as noções compartilhadas sobre o/a chamado/a jovem nem nem, bem como seus efeitos práticos em termos de propostas de intervenção, e as experiências de vida de jovens pobres no que elas referenciavam e problematizavam suas presenças/ausências no trabalho e na escola.

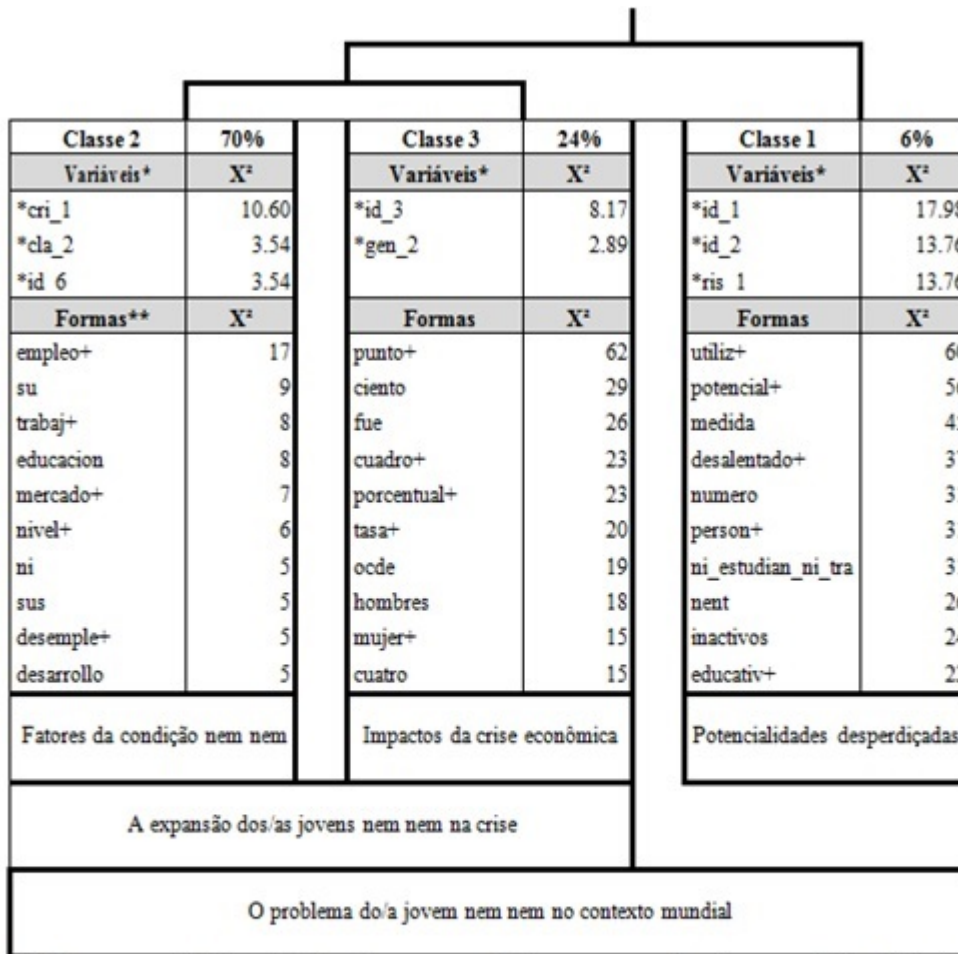
Partimos do referencial teórico-metodológico em Psicologia Social que propõe um processo de envolvimento entre pesquisador/a-interlocutor/a e a inclusão desse/a no processo de construção do conhecimento (Cidade et al., 2016), em articulação com outros procedimentos de pesquisa, como a pesquisa documental.

Na etapa da análise lexical, o banco de dados foi formado por fragmentos de textos que abordam o tema dos/as jovens nem nem em dois documentos publicados pela Organização Internacional do Trabalho/OIT: 8 edições do informe Tendências Mundiais do Emprego Juvenil e 11 edições do informe Trabalho Decente e Juventude, publicados entre os anos de 2004 e 2016. A escolha por trabalhar com os dois informes relaciona-se com o interesse de perceber as possíveis nuances na forma como os documentos abordam os/as jovens chamados/as nem nem no nível mundial (Tendências Mundiais do Emprego Juvenil) e quando isso se dá no âmbito local, no caso do cenário latino-americano (Trabalho Decente e Juventude). Almejou-se perceber, assim sendo, quais conteúdos linguísticos estão mais próximos em um e noutro contexto, quais problemas e soluções são construídos nos dois âmbitos, se possui divergências entre eles ou se apresentam de forma mais análoga.

Para esta estatística textual, foi utilizado o programa Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Segmentos de Texto - ALCESTE, desenvolvido em 1979 por Max Reinert e introduzido no Brasil em 1998, que combina diversos procedimentos estatísticos para a exploração de grandes volumes de textos com coerência temática. O ALCESTE efetua cálculos sobre coocorrências de palavras em segmentos de textos, permitindo relacionar o uso de um vocabulário linguístico específico com formas particulares de pensar sobre um determinado objeto (Kronberguer & Wagner, 2008). Ao apresentar classes de palavras como um dos resultados do processo de análise lexical, o ALCESTE visa mostrar uma intenção de sentido do sujeito enunciador do discurso. A construção desse sentido por parte do/a pesquisador/a se estabelece a partir das relações apresentadas pelo software de forma objetiva, e não que coincidentemente existam no material analisado.

A homogeneidade textual exigida pelo ALCESTE resultou na escolha de proceder a análise dos dois informes separadamente, e, para isso, foram construídos dois corpora, um para cada documento analisado. Apresentamos aqui os dendogramas resultantes da classificação hierárquica descendente, que ocorre mediante sucessivas comparações entre o vocabulário para identificar padrões repetitivos de linguagem (Kronberguer & Wagner, 2008), apresentando, ao final, classes de palavras que anunciam uma intenção de sentido.

Na classificação hierárquica descendente do corpus do informe Tendências Mundiais do Emprego Juvenil, o ALCESTE apontou três classes, divididas em dois blocos. O primeiro é composto pela Classe 2 e pela Classe 3. A Classe 2 foi nomeada como “Fatores da condição nem nem” e aponta motivos e situações que levam os/as jovens à condição de não estudar e não trabalhar, bem como de se tornarem excluídos socialmente e vulneráveis. A Classe 3 foi nomeada como “Impactos da crise econômica” e destaca a influência da crise econômica de 2008/2009 no aumento das taxas de jovens apontados/as como nem nem. Essas classes encontram-se fortemente relacionadas e evidenciam o aumento da nomeada vulnerabilidade dos/as ditos/as jovens nem nem como efeito da crise econômica de 2008/2009. O vínculo entre elas foi intitulado como “A expansão dos/as jovens nem nem na crise”. Estas duas classes encontram-se ligadas à Classe 1, nomeada como “Potencialidades desperdiçadas”, que retrata os/as jovens identificados/as nem nem como um potencial desperdiçado. A confluência entre as três classes e seus universos semânticos pode ser interpretada como o problema do/a jovem visto/a como nem nem no contexto mundial, e foi nomeada como “O problema do/a jovem nem nem no contexto mundial”, conforme a Figura 1.



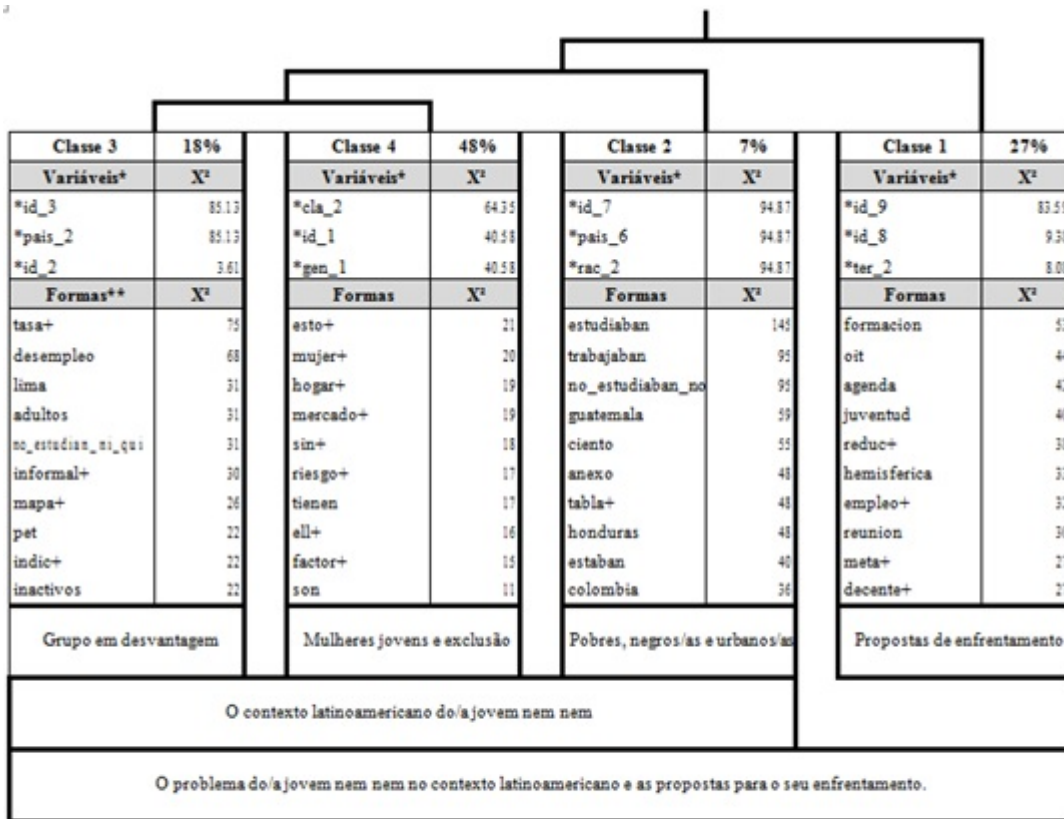
Nota*: Documento (*id_1 a *id_8: referem-se aos 8 documentos utilizados na análise); Dinâmicas de Gênero (*gen_2: Situação das Mulheres Jovens); Dinâmicas de Classe (*cla_2: Situação dos/as Jovens Pobres); Noção de Risco social (*ris_1: Em situação de Risco Social); Crise Econômica 2008/09 (*cri_1: Referência à crise 2008/2009).

Nota*: Documento (*id_1 a *id_8: referem-se aos 8 documentos utilizados na análise); Dinâmicas de Gênero

Figura 1. Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente - Informe Tendências Mundiais do Emprego Juvenil da Organização Internacional do Trabalho/OIT.

Na classificação hierárquica descendente do corpus informe Trabalho Decente e Juventude, o ALCESTE apontou quatro classes, divididas em três blocos. O primeiro é composto pela Classe 3 e pela Classe 4. A Classe 3 foi nomeada “Grupo em desvantagem” por apresentar os/as jovens considerados/as nem nem como uma categoria que vivencia uma desigualdade e desvantagem social, e, por isso, tornam-se foco de atenção. A Classe 4 tem o léxico ordenado em torno da situação das mulheres e da exclusão social do grupo apontado como nem nem, e, por isso, foi nomeada de “Mulheres jovens e exclusão”. Ligada às Classes 3 e 4, temos a Classe 2, nominada como “Pobres, negros/as e urbanos/as”, pois o vocabulário destaca que as maiores taxas para os/as jovens ditos/as nem nem se dão para os/as jovens pobres, negros/as e urbanos/as. Como estão ligadas por um traço superior no Dendrograma, o

que demonstra a forte ligação entre elas, essas três classes são nomeadas “O contexto latino-americano do/a jovem nem nem”. Por último temos a Classe 1, cujo universo lexical indica um conjunto de intervenções, políticas, programas e projetos para a promoção do trabalho decente para os/as jovens, sendo nomeada, portanto, como “Propostas de enfrentamento”. Como se encontra ligada às outras três classes, todo o conjunto foi intitulado “O problema do/a jovem nem nem no contexto latino-americano e as propostas para o seu enfrentamento”, conforme a Figura 2.



Nota*: Documento (*id_1 a *id_11: referem-se aos 11 documentos utilizados na análise); Dinâmicas de Gênero (*gen_1: Situação dos Homens Jovens); Dinâmicas de Raça (*rac_2: Situação dos/as Jovens Negros/as); Dinâmicas de Classe (*cla_2: Situação dos/as Jovens Pobres); Dinâmicas de Território (*ter_1: Situação dos/as Jovens Urbanos/as, *ter_2: Situação dos/as Jovens Rurais); Noção de Risco social (*ris_1: Em situação de Risco Social); País (*pais_1 a *pais_6: países referências de alguns dos documentos utilizados na análise); Nota**: As formas apresentadas correspondem às palavras plenas com maior qui-quadrado.

Figura 2. Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente - Documento Trabalho Decente e Juventude da Organização Internacional do Trabalho/OIT.

Na segunda etapa da pesquisa foi realizada uma pesquisa-intervenção (Adrião, 2014) com o objetivo de compreender as experiências dos/as jovens pobres, a partir da articulação entre as dimensões individual/subjetiva e social/coletiva, não por considera-las exóticas, mas por acreditar que elas podem oxigenar e trazer novos contornos para as discussões que têm sido empreendidas no que tange às trajetórias de vida de jovens pobres e à nomeada geração

nem nem. Para isso, realizamos conversações com os/as jovens, entendendo essas como um momento de compartilhamento de histórias e de versões de si mesmo, pautadas na escuta, no respeito e na abertura ao inesperado (Moscheta et al., 2016). Ao todo, participaram das conversações quatorze jovens, sendo seis mulheres e oito homens, com idade entre 13 e 21 anos de idade, moradores/as de duas favelas. Como critério de inclusão, decidimos dialogar com jovens que vivenciaram experiências de afastamento da escola, seja por abandono, evasão ou conclusão dos estudos, e que estivessem sem trabalhar e sem procurar emprego, sem trabalhar e procurando trabalho, ou em trabalhos informais. Como critério de exclusão, não inserimos na etapa qualitativa jovens que estivessem trabalhando e estudando ao mesmo tempo.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, em um dos casos em mais de um encontro, com três jovens e duas jovens, com idade entre 14 e 20 anos, usando como apoio uma sala de centro cultural e uma mesa ao ar livre de uma das praças do bairro. Usamos na entrevista um roteiro com tópicos orientadores para o diálogo, que abordava temas como educação, trabalho, família, religião, mobilidade, sexualidade, lazer, cultura, esporte, segurança, violência e saúde. Também foi realizada uma roda de conversa com jovens moradores/as de uma favela, a qual visou mobilizar os/as participantes para a discussão coletiva em torno de um tema central, permitindo produção de *insights*, troca de experiências, livre expressão dos pensamentos e a reflexão sobre si mesmo e sobre o mundo. A roda de conversa foi realizada a partir de um roteiro semiestruturado e centrou-se no interesse de conhecer a história familiar dos/as jovens e a transmissão geracional das perspectivas de escolarização e trabalho, de compreender os projetos de vida familiar e pessoal, e de possibilitar a reflexão sobre os desafios de realizar os projetos propostos. Participaram desse momento nove jovens, sendo quatro mulheres e cinco homens, com idade entre 13 e 21 anos, numa instituição localizada no território.

Como destacado anteriormente, não era o nosso interesse o contato com jovens que se encontrassem na situação chamada nem nem, tal como descrita na literatura, diante, inclusive, das nossas desconfianças sobre o poder de representação da realidade que essa discussão pretende defender. Dessa forma, imbuídos pela disposição em compreender os fios e as tramas das experiências juvenis relacionadas à educação e ao trabalho, que por ora esbarram na nomeada ociosidade, estivemos em contato com jovens que se encontravam em situações diversas em suas inserções quanto ao trabalho e ao estudo, sempre em escolas públicas: jovens cursando o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, jovens que haviam concluído o Ensino Médio, jovens que abandonaram a escola (ou que foram abandonados por ela), jovens

em cursos técnicos profissionalizantes ou programas de aprendizagem profissional, jovens trabalhando formalmente ou de maneira informal e jovens fora do mercado de trabalho. Assim, destacamos que buscamos compreender em que medida as experiências e trajetórias dos/as jovens tangenciam a dita situação nem nem, e não acerca do que ela é e representa. Ao contrário de uma pesquisa com jovens nem nem, que reforça e os aprisiona nessa identidade, ela representou um diálogo sobre o que vem se nomeando como essa condição, lançando problematizações sobre a mesma.

Todos os encontros foram gravados com consentimento dos/as participantes e seus responsáveis e depois submetidos à transcrição. Eles/as assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e seus nomes foram substituídos por nomes fictícios nas análises. Seguimos todos os procedimentos éticos de pesquisa e outras informações relativas aos procedimentos metodológicos empregados estão descritas em outras publicações de nossa autoria, as quais não foram apresentadas aqui em função do limite de espaço.

Discussão

A partir dos resultados alcançados pela pesquisa, destacamos como os/as jovens pobres e, dentre eles, o grupo que não trabalha, não estuda e não procura emprego, tem sido vistos como uma ameaça à continuidade do social, seja pela sua compreensão como sujeitos carentes, tanto financeiramente quanto cognitiva e moralmente, quanto pela probabilidade de se envolverem com a violência e a criminalidade, uma vez que se encontram ociosos, mas inseridos em um sistema social que os impele a desejar e consumir bens. O medo da disrupção social, fortemente associada a esses/as jovens, tem encaminhado, sobretudo, a partir da década de 1990, várias políticas públicas com foco na inclusão social, no protagonismo juvenil e no empreendedorismo, como forma de ativar a criatividade dos/as jovens, o engajamento com sua comunidade e a construção de saídas emancipatórias para si próprios/as, numa perspectiva quase mágica. Mesmo que um campo de intervenção social pautado na lógica da garantia dos direitos se forme no entorno deles/as, o que vemos acontecer é esta perspectiva ser substituída por uma reprodução da pobreza desses/as jovens e por um esvaziamento da ação política. Os/as pobres tornam-se jovens de projetos, colecionadores de cursos preparatórios, experientes em reprovação nas entrevistas para emprego, cuja exclusão social garante a razão de existir e funcionar de muitas ONGs, as quais atuam como uma extensão do Estado na produção das intervenções.

Os documentos da Organização Internacional do Trabalho se colocam no lugar de produtores de verdades, e as representações, ao serem tomadas como verdades, constroem explicações para o problema e prescrevem soluções para ele. As noções compartilhadas nos documentos convidam-nos a compreender esse grupo de jovens como vulneráveis ou em risco, como sujeitos em desvantagem, mas cujas respostas devem ser dar muito mais numa dimensão individual do que a partir de um investimento nas macroestruturas e nos sistemas culturais. Elas apontam a condição desigual vivenciada, especialmente, pelas jovens e pelos/as jovens pobres e negros/as, contudo, não problematizam o entrecruzamento entre as opressões que constroem lugares desiguais para esses/as jovens. Investir na subjetividade, modelar o próprio self (Rose, 2011) para responder aos anseios apresentados pela sociedade, tornar-se criativo e protagonista são alternativas que se desenham em meio a propostas de criação de projetos sociais, políticas e outros tipos de intervenções que se esvaem por falta de interesse político, recursos, inadequação e não consecução dos objetivos pretendidos. O que essas noções mascaram é a reprodução da nossa desigualdade a partir da articulação entre as categorias classe, raça, gênero, território, deixando a dimensão individual em evidência, enquanto vários/as jovens pobres vivenciam a exclusão do acesso aos direitos sociais, dentre eles a educação e o trabalho, por motivos construídos nas interações cotidianas desiguais e não como resultado de uma escolha individual.

A aposta na pesquisa-intervenção como estratégia de interação com os/as jovens possibilitou conhecer experiências que convidaram a pensarmos a importância dos diferentes suportes (Martuccelli, 2007) na construção das trajetórias dos/as jovens pobres. A vivência do preconceito contra origem, o racismo, a divisão sexual desigual do trabalho e a reprodução da violência de gênero aparecem como marcadores importantes que impedem a presença desses/as jovens, por vezes, na escola e no mundo do trabalho, problematizando, portanto, as noções que convidam a pensar a condição chamada nem nem como uma escolha do/a jovem. A abordagem psicossocial das experiências dos/as interlocutores possibilitou afirmar, nesse sentido, que estar fora desses espaços não é uma escolha para eles/as, como é possível pensar para os/as jovens das classes abastadas, pois se configura como uma possibilidade construída a partir da individualização do social em suas vidas. O contexto atual convida esses/as jovens para suportarem tudo sozinhos, tornando a vida pesada, dentro de um modelo que propala a meritocracia, o “faça você mesmo”, como condição emancipatória.

A socialização plural desses/as jovens dentro de um *habitus* de classe, a partir da chave de leitura apresentada por Lahire (2002), conduz a empecilhos em suas trajetórias, mas não os impede de construir projetos de futuro e enfrentamentos contra a falta de suportes em

seu cotidiano. Os/as jovens mostraram estratégias de resistência contra as violências e preconceitos na escola e no trabalho, fazendo a escolha, em algumas situações, de não permanecer nesses espaços para não sofrer, não adoecer ou para dar continuidade a seus planos e projetos futuros. O peso da injustiça, de uma relação desigual, os coloca fora da escola ou do trabalho, mas as tramas dessa ausência não são capturadas pela visão reducionista presente nos estudos estatísticos.

A partir dos dados, foi possível perceber que os/as jovens têm construído formas de se socializar que rompem com a noção de vulneráveis e propensos a determinados comportamentos considerados de risco que são associados a eles/as. Eles vivenciam um cotidiano atravessado, em alguns casos e momentos, pela ausência no trabalho e na escola, sem que estes/as tenham recorrido, de forma linear e automática, às alternativas que espantam toda a sociedade nos noticiários: a gravidez na adolescência, o tráfico de drogas e a criminalidade. Essas três realidades circundam suas vidas, pois as quebradas onde moram oferecem convites e nelas circulam sociabilidades de gênero que dificultam a autonomia das jovens em relação a seu corpo e sua sexualidade (Chacham et al., 2012), por exemplo, mas essas não se conformam como profecias que se cumprem automaticamente.

A participação em projetos sociais, programas e políticas públicas que visam garantir direitos para esses/as jovens foi apresentada de forma ambígua. Como campo de intervenção social (Tommasi, 2010), os/as jovens pobres participaram de ações voltadas para a profissionalização e a aquisição de conhecimentos, reconhecem a importância delas em suas vidas, mas frustram-se por elas não cumprirem o objetivo, seja pela precariedade da formação, pela reprodução de trajetórias profissionais desvalorizadas socialmente ou pelos impasses colocados pelo mundo do trabalho, que repele os/as jovens a partir dos preconceitos contra o/a jovem preto/a, pobre, periférico/a. Assim, as noções compartilhadas sobre os/as jovens chamados/as nem nem parecem produzir estratégias que reforçam a identidade que querem, pelo menos na letra do papel, desconstruir.

Em relação aos direitos à educação e ao trabalho, destacamos a importância de ambos na construção da mudança social a partir do aprendizado e da transmissão de conhecimentos, valores, ideologias e atitudes capazes de produzir a autonomia e emancipação dos sujeitos, e estes provocarem mudanças na sociedade.

A escola enquanto uma instituição social contemporânea tem diferentes papéis a cumprir, que não são fixos e que podem mudar de acordo com o contexto histórico e a partir da vivência de cada um dentro da instituição (Castro, 2010). As instituições educacionais permitem a construção do conhecimento, espaços de diálogo, troca de experiências,

convivência com a diversidade e a produção de estratégias políticas para garantir o acesso aos direitos sociais. Assim, o direito à escola não pode se resumir ao debate do ensino propedêutico ou técnico, pois é um espaço coletivo, de relação entre os sujeitos diversos, um lócus social onde se concretiza a reprodução do velho e a construção no novo.

Em relação ao trabalho, temos vivenciado um contexto marcado pela insegurança ocupacional dos indivíduos, reforçada pelo fim da equiparação entre trabalho e emprego, por uma flexibilização das leis trabalhistas que garante o lucro dos empresários através da expansão da mais-valia e retira direitos dos/as trabalhadores/as. A impossibilidade cada vez mais presente de construir biografias e identidades centradas no trabalho protegido pelas leis trabalhistas pode ser vista, nesse sentido, como um elemento que tem sustentado o trabalho como um tema de debate, objeto de interesse e questão de preocupação no nosso contexto social. Não seria diferente essa preocupação por parte e para os/as jovens, especialmente os/as mais pobres. O tema do trabalho encontra-se, assim, na pauta de interesses dos/as jovens, de suas famílias e dos atores sociais públicos e privados que desenvolvem programas voltados para esse público. Em termos de sentidos e significados, levamos em consideração que o trabalho, remunerado, é revestido de valores pessoais e coletivos de obrigação social (contribuir para o desenvolvimento da sociedade), dever moral (sentir-se moralmente valorizado), satisfação pessoal (sustentar-se tanto financeira quanto existencialmente) e integração social (aprendizado de conhecimentos e valores sociais) (Borges & Yamamoto, 2010). Dessa forma, ele não cumpre a função única e exclusiva de garantir o sustento financeiro do indivíduo, mas de integrar e satisfazer o sujeito psicossocialmente.

Nesse sentido, defendemos a presença dos/as jovens pobres na educação e no trabalho, pois as experiências aprendidas e compartilhadas coletivamente nesses espaços podem contribuir para trilhar outras trajetórias que venham romper com as profecias estabelecidas socialmente para eles/as. Nossos questionamentos, portanto, são à recorrente transposição do trabalho e da educação como campos garantidores de direitos sociais para a função de controle e normatização das experiências dos/as jovens para atender os interesses das elites. Criticamos, assim, a utilização da educação e do trabalho como antídotos contra uma virtual periculosidade e delinquência dos/as jovens pobres (Lemos et al., 2014) e a manutenção dos privilégios sociais. É contra o trabalho da carência, da moral, do/a jovem pobre que nos posicionamos ao levantarmos nossas críticas e desconfianças acerca da construção de algumas noções sobre os/as chamados/as jovens nem nem. O trabalho da carência (Silva Junior & Mayorga, 2016) aparece, assim, em alguns projetos e programas de educação profissional a partir do privilégio do que eles chamam de formação humana, a despeito de uma formação

técnica-profissional dos/as jovens, focando-se em ensinar a estes/as formas de se comportar, agir, refletir e se relacionar de certos modos.

Ainda no exercício de articulação entre os universos semânticos/noções sobre os/as chamados/as jovens nem nem e as experiências compartilhadas pelos/as jovens na pesquisa-intervenção, destacamos que os documentos apresentam situações que, em alguma medida, são vivenciadas pelos/as jovens em suas vidas. Contudo, as noções compartilhadas dissimulam as tramas cotidianas que constroem os lugares de subordinação e que contribuem para que eles/as estejam ausentes da escola e do trabalho. Os documentos destacam a presença marcante das jovens no contingente chamado nem nem, estando ausente neles uma leitura que articule diferentes dimensões para a compreensão da situação. Os constrangimentos psicossociais, as opressões, que se tornam empecilhos para estudar e trabalhar aparecem, portanto, no relato das jovens, como no caso de uma que trabalhou cuidando de duas crianças pelo valor mensal de R\$ 250,00. Nesse sentido, as experiências dos/as jovens contribuem para corporificar, a partir da articulação entre as desigualdades de classe, raça, gênero e território, as noções simplificadoras de algumas experiências que conduzem a respostas fáceis.

Também, no campo das propostas apresentadas para resolução do problema definido como nem nem, as experiências vivenciadas pelos/as jovens interrogam as noções construídas nos documentos. Diante das intervenções apresentadas nesses, como o fomento ao trabalho decente, maior formação e qualificação; melhor inserção laboral e incentivo ao empreendedorismo; orientação e indução ao trabalho, projeto formativo e laboral; políticas, programas e projetos promovidos pelo Estado, as experiências vivenciadas pelos/as jovens mostram que para enfrentar o desemprego é necessário intervir nas instituições empregadoras, em seus critérios seletivos e suas práticas de afirmação da diversidade, pois eles/as têm se tornado colecionadores de diplomas de cursos de formação e educação profissional. Ao relatarem o preconceito, a discriminação e as violências sofridas nos processos seletivos e no cotidiano do trabalho, bem como na escola, eles/as problematizam as noções compartilhadas de que o investimento para a resolução do problema deve centrar-se na dimensão individual. A ausência de debate qualificado nos documentos da Organização Internacional do Trabalho sobre as desigualdades de gênero e raça na construção das experiências dos/as jovens contribuem, portanto, para o compartilhamento de noções que apontam causas e soluções distorcidas da realidade de vida apresentada pelos/as jovens com quem dialogamos sobre os diferentes temas, dentre eles a relação com o trabalho e a educação.

Nesse cotidiano de opressões articuladas, a ausência na escola e no mundo do trabalho e suas consequências negativas para o futuro desses/as jovens não são os únicos direitos

negados (Silva & Silva, 2011). O foco na regulação e moralização das experiências via trabalho e educação impede de ver que esses/as jovens não têm direito à educação, nem ao trabalho, nem à saúde, nem ao esporte, nem ao lazer, nem à cultura, nem à mobilidade urbana, nem à habitação etc. A condição chamada nem nem pode ser compreendida, portanto, como um simulacro, uma cópia infiel da realidade e que distorce o real (Baudrillard, 1992). As noções compartilhadas pelos documentos acerca da condição nem nem focam na ausência dos/as jovens no trabalho e na educação, e os riscos apontados para a sociedade e o desenvolvimento econômico do país, apostando na construção de enfrentamentos a essa situação a partir da dimensão individual, subjetiva e meritocrática. Elas invisibilizam e distorcem a articulação das opressões e a reprodução da desigualdade social que impedem os/as jovens pobres de terem acesso a vários direitos sociais, dentre eles ao trabalho e à educação. Como simulação, essas noções constroem um mundo de aparências, buscam confundir-se com a realidade construída, a serviço da manutenção do sistema econômico vigente.

A identidade nem nem pode ser entendida como uma estratégia que convida a sociedade a pensar que as experiências desses/as jovens se reduzem à ausência no trabalho e na escola, que estes são as únicas respostas para a inclusão social, que basta investir na capacidade de reinvenção e na aquisição de competências por parte desses/as jovens para resolver o problema, encobrendo-se, nesse ínterim, os mecanismos de reprodução da desigualdade e da exclusão desses/as jovens do campo dos direitos sociais. Problematizamos, portanto, a construção social do/a jovem nomeado/a nem nem como um simulacro, uma distorção que invisibiliza os/as jovens pobres que tem seus direitos negados cotidianamente, mas cuja imagem como ociosos/as pode servir para perpetuar práticas de controle e extermínio, como no caso do genocídio da juventude negra.

Considerações Finais

A partir do interesse e da expectativa de que essas análises possam contribuir para transformar a vida dos/as jovens pobres marcados/as pelas experiências de opressão, arriscamos pensar propostas de intervenção, a serem assumidas inclusive por profissionais da psicologia, que contribuam para que as vidas precárias (Butler, 2015), como fruto da desigualdade social, não se precarizem ainda mais diante da sua captura e manipulação por identidades forjadas, como a nem nem.

Refletimos sobre a importância do fortalecimento da formação continuada de professores/as, formadores/as e outros atores da comunidade escolar para a diversidade, mas que essa diversidade não seja discutida em sua perspectiva romântica, a qual não explicita as relações de poder e as hierarquias entre os sujeitos. A diversidade deve ser debatida como a construção histórica, cultural e social das diferenças (Gomes, 2007), as quais são forjadas para se afirmar determinados lugares de poder para alguns/mas e de subalternidade para outros/as, ao realizar a transposição do diferente em desigual. O que buscamos como horizonte político é a igualdade de direitos, a partir do respeito e valorização da heterogeneidade das experiências sociais de classe, raça, gênero e lugar de origem. Que os/as jovens possam ter suas experiências respeitadas e valorizadas, e que isso contribua para o seu aprendizado, socialização e permanência na escola. Ainda no âmbito educacional, que se produza o fortalecimento do debate da igualdade de gênero. Consideramos importante a realização e o fortalecimento de discussões sobre a construção cultural do gênero, as desigualdades de gênero e a violência de gênero. Que o debate acerca da autonomia das jovens sobre o próprio corpo e sexualidade e uma divisão sexual do trabalho igualitária amplie o horizonte de possibilidades das jovens em suas formas de ser e estar no mundo, inserindo os jovens nos debates, como atores na reconfiguração das relações de gênero.

No campo da formação profissional, destacamos a construção de percursos formativos que permitam aos/às jovens experimentarem experiências profissionais diversas, e não circunscritas àquelas socialmente desprivilegiadas na sociedade, para que se criem fissuras nos ciclos de reprodução das desigualdades. Que outros mundos profissionais, distantes do esvaziamento político do protagonismo e empreendedorismo incentivado sem os devidos recursos, sejam possibilitados.

Apontamos a importância do mesmo debate sobre diversidade junto às empresas, de modo que pensem aspectos afirmativos para a contratação de jovens pobres, pois a ausência dessa problematização tende a perpetuar a lógica do/a jovem colecionador de cursos de formação profissional, mas sem ocupação, diante do preconceito e da discriminação contra seus marcadores sociais. É necessário, nesse sentido, pensar mecanismos institucionais de inserção e fortalecimento desses/as jovens no mercado de trabalho.

Por fim, propomos uma reflexão crítica dos projetos e programas pautados na ocupação do tempo ocioso dos/as jovens pobres, que, mesmo pautando-se no discurso vazio do direito ao esporte, lazer, cultura, inclusão produtiva, mobilidade, empreendedorismo e protagonismo juvenil, produzem uma inclusão perversa, a partir do controle dos comportamentos dos/as jovens para fins determinados socialmente. O esvaziamento político

das propostas, a falta de recursos, a ausência da participação dos/as jovens na construção, são alguns dos mecanismos que contribuem, portanto, antes para a uma cidadania tutelada do que para uma transformação das condições de opressão vivenciadas por eles/as.

Referências

- Abramo, H. W. (2005). Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In P. Vannuchi & R. Novaes (Orgs.), *Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 37-72). Fundação Perseu Abramo.
- Adrião, K. G. (2014). Perspectivas feministas na interface com o processo de pesquisa-intervenção: Pesquisa com grupos no campo psi. *Labrys*, 26, 70-85. <https://www.labrys.net.br/labrys26/psy/KARLA.htm>
- Baudrillard, J. (1992). *Simulacros e Simulações*. Relógio D'Água.
- Borges, L. O., & Yamamoto, O. H. (2010). O significado do trabalho para psicólogos brasileiros. In A. V. B. Bastos & S. M. G. Gondim (Orgs.), *O trabalho do psicólogo no Brasil* (pp. 248-282). Artmed.
- Butler, J. (2015). *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto*. Civilização Brasileira.
- Camarano, A., Vianna, C., Pazinato, M. T., & Kanso, S. (2003). A transição para a vida adulta: Novos ou velhos desafios? *Boletim de Mercado: Conjuntura e análise*, (21), 53-66. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5510>
- Castro, L. R. (2010). *Falatório: Participação e democracia na escola*. Nau/ Faperj.
- Chacham, A. S., Maia, M. B., & Camargos, M. B. (2012). Autonomia, gênero e gravidez na adolescência: Uma análise comparativa da experiência de adolescentes e mulheres jovens provenientes de camadas médias e populares em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 29(2), 389-407. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982012000200010>
- Cidade, E. C., Silva, A. M. S., & Ximenes, V. M. (2016). Pobreza e juventude: Implicações psicossociais, modos de vida e enfrentamento às adversidades cotidianas. In V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, & J. F. Moura Júnior (Orgs.), *Implicações Psicossociais da Pobreza* (pp. 311-336). Expressão Gráfica e Editora.
- Coimbra, C. (2001). Os especialistas da infância e da juventude: Produzindo verdades competentes. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 11(20), 85-88. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2001000100010>

- Colaço, V. F. R., Adrião, K. G., & Menezes, J. A. (2018). Implicações políticas na pesquisa-intervenção com jovens. *Revista de Psicologia*, 9(1), 8-17. <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/20638>
- Galinkin, A. L., Almeida, A. M. O., & Anchieta, V. C. C. (2012). Representações sociais de professores e policiais sobre juventude e violência. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 22(53), 365-374. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300008>
- Gomes, N. L. (2007). *Indagações sobre currículo: Diversidade e currículo*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- Grosso, L. A. (2017). Juventudes y políticas públicas: Comentarios sobre las concepciones sociológicas de juventud. *Desidades*, 5(14), 9-17. http://desidades.ufrj.br/featured_topic/juventudes-e-politicas-publicas-comentarios-sobre-as-concepcoes-sociologicas-de-juventude/
- Itaboraí, N. R. (2015). *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): Uma perspectiva de classe e gênero* [Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/15492>
- Kronberguer, N., & Wagner, W. (2008). Palavras-chave em contexto: Análise estatística de textos. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (pp. 416-441). Vozes.
- Lahire, B. (2002). *Homem plural: Os determinantes da ação*. Vozes.
- Lemos, F. C. S., Franco, A. C. F., Ferreri, M. A., Passarinho, L., & Macedo, A. E. A. (2014). Algumas interrogações acerca das produções midiáticas sobre a juventude. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(2), 415-428. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/872>
- Martuccelli, D. (2007). *Gramáticas del individuo*. Losada.
- Menezes Filho, N., Cabanas, P. H. F., & Komatsu, B. K. (2013). A Condição “Nem-nem” entre os Jovens é Permanente? *InsperePolicyPaper*, (7), 1-23. https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/PolicyPaper_Condicao_NemNem.pdf
- Monteiro, J. (2013). Quem são os jovens Nem-Nem?: Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. *Texto para discussão: FGV-IBRE*, (34), 1-17. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11661>
- Moscheta, M., Souza, L. V., Casarini, K. A., & Scorsolini-Comin, F. (2016). Da (im)possibilidade do diálogo: Conversações públicas e os direitos LGBTs. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 516-525. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p516>

- Pardo, M. S. (2012). Jóvenes que ni estudian ni trabajan: Un riesgo para la cohesión social em America Latina. In F. J. Díaz & P. Meller (Orgs.), *Violencia y Cohesión Social en América Latina* (pp.161-208). CIEPLAN.
- Paulino, D. S. (2016). *Os significados do trabalho para jovens nem-nem e suas estratégias de inserção no mercado de trabalho* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/21624>
- Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. Vozes.
- Silva Junior, P., & Mayorga, C. (2016). Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 298-308. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016aop001>
- Silva, R. S., & Silva, V. R. (2011). Política Nacional de Juventude: Trajetória e desafios. *Caderno CRH*, 24(63), 663-678. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000300013>
- Spósito, M. P. (2005). Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In H. W. Abramo & P. P Branco (Orgs.), *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional* (pp. 87-128). Fundação Perseu Abramo.
- Tommasi, L. (2010). “*Juventude em pauta*”: *A juventude como campo de intervenção social* [Projeto de Pesquisa não publicado]. Universidade Federal Fluminense.
- Vieira, J. C., Silva, M. S. R., & Melo, M. M. (2020). Reestruturação Produtiva e seus efeitos sobre o mercado de trabalho jovem. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 1, 10-22. <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/01/mercado-trabalho-jovem.pdf>

Endereço para correspondência

Paulo Roberto da Silva Júnior

Rua Roberto Teixeira da Costa, 132, Conjunto Cristina C, Santa Luzia - MG, Brasil. CEP 33110-490

Endereço eletrônico: paulosilva.junior@yahoo.com.br

Claudia Mayorga

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte - MG, Brasil. CEP 31270-901

Endereço eletrônico: claudiamayorga@ufmg.br

Recebido em: 07/01/2021

Reformulado em: 02/08/2021

Aceito em: 12/11/2021

Notas

* Doutor em Psicologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e da Faculdade Arnaldo.

** Doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madri. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

Financiamento: A pesquisa relatada no manuscrito foi financiada pela bolsa de doutorado CAPES DEMANDA SOCIAL do primeiro autor, Paulo Roberto da Silva Júnior.

Agradecimentos: Os autores agradecem aos jovens e às jovens que compartilharam suas experiências para que a pesquisa fosse realizada.

Este artigo de revista **Estudos e Pesquisas em Psicologia** é licenciado sob uma *Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada*.